



Da esfera pública ao Ciberespaço: Reflexões sobre o futuro do jornalismo na Internet¹

Luís Francisco Munaro²

Universidade Federal da Santa Catarina

Resumo

O período de consolidação da imprensa na Europa atravessa a fase que Habermas identifica com a formação de uma "opinião pública", no seio da qual produtores e consumidores intelectuais seriam capazes de confrontar o meio político através de uma práxis do "dar e exigir razões". "Opinião pública" que teria se transformado numa "Publicidade" acrítica, forjada pela imprensa monopolizada pelo senhorio industrial. O presente artigo busca especular algumas transições verificadas na esfera pública com o advento da Internet, processo em cujo bojo o jornalista se veria na iminência de perder uma identidade próxima às literaturas fundadoras do imaginário nacional. Entre a descrença no Estado-nacional e o poderio crescente do indivíduo, intenta-se especular ou lançar perguntas sobre o futuro do jornalismo na Internet.

Palavras-chave

Esfera pública literária, Ciberespaço, Estado Nacional, Jornalismo.

O presente artigo tem como intuito discutir a vinculação do Estado-nacional moderno a uma literatura fundadora de mitos e tradições e seu desembocar na crescente desfronteirização do conhecimento propiciada pelo advento de novas tecnologias eletrônicas, mais notadamente a Internet. O rompimento das fronteiras intelectuais tradicionais no Ciberespaço traz consigo o *frisson* daquilo que se chama uma fase pós-literária da cultura moderna, na qual os protagonistas são cada vez mais os produtores individuais de cultura, em crescente desvinculação do Estado moderno tradicional. Para concluir tanto se tem por base uma breve discussão sobre a constituição do Estado no decorrer do processo civilizador humano a partir da possibilidade de manipulação de uma teoria política para influir concretamente em dada práxis social, nas idéias de um racionalismo político herdado de Nicolau Maquiavel.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho de Jornalismo, do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Luís Francisco Munaro é graduado em Jornalismo e em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), e pesquisador bolsista da Capes vinculado ao programa de mestrado em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). luismunaro@yahoo.com.br



Surge no interior desses Estados centralizados, cuja centralização crescente foi propiciada pelo surgimento da tipografia e das grandes literaturas nacionais, a idéia de uma opinião pública, na qual o produtor e o consumidor de cultura se encontram em crescente relacionamento uns com os outros e são capazes de interferir ativamente no meio político. A essa fase da opinião pública de Edmund Burke, situada mais precisamente no século XIX, segue a fase de constituição capitalista que Habermas definiu como “feudalismo industrial”, na qual um grupo de poucos senhores estaria em posse dos meios de produção capitalistas, dentre os quais a própria imprensa.

Habermas opõe, nessas duas fases distintas, a Publicidade em sua possibilidade de crítica política ativa e, por outro lado, a “Publicidade” acrítica como um fenômeno meramente mercantil direcionado para uma massa de consumidores desorganizados. A noção de “esfera pública literária” adquire fundamental importância, pois no interior dela se perpetrarão os conflitos de poder que caracterizam as duas fases. Essa “transformação estrutural”, mais recentemente, teria sofrido uma nova guinada, o que, por se tratar de um fenômeno vivenciado ativamente, oferece pouca possibilidade de ser pensado estruturalmente. Trata-se da Internet, a “revolução mágica”, no termo de Bernardo Kucinski, objeto principal do estudo que ora se propõe.

Como se verá, a Internet desenvolve mecanismos próprios de organização comunicativa que independem da legislação do Estado, o que poderia levar a um reposicionamento da noção habermasiana de “feudalismo industrial”. Tem-se a partir disso, como objetivos fundamentais, observar e testar alguns conceitos que, por ora, apresentam-se cada vez mais ineficazes para tratar temáticas de importância: a readequação da noção de esfera pública literária e a autonomia do jornalista no seio da Internet, bem como especular, nessa nova fase, sobre as variações das relações entre senhor e escravo reproduzidas no bojo do Estado-nacional moderno a partir da “Publicidade” em sua forma acrítica.

1. Construindo a “opinião pública”

Civilização, como a entende Karel Kosik, é um conjunto de obras sociais construídas pela possibilidade de compreensão mútua entre os homens, num processo em que a finitude aparece como característica inevitável e, na tentativa de obstá-la, desenvolve-se um conteúdo durável e que sempre aparece para os seus realizadores como imanente e definitivo. O presente sempre presentifica o que há de mais durável: a



Razão, o Mito, a Cultura. Mesmo quando se fala na desmistificação absoluta da razão, tem-se como imperativo a probabilidade de manipulação de um poder simbólico que carrega consigo a idéia da realização derradeira da liberdade humana. Nesse quadro no qual o homem combate o finito, o processo de escravização acaba se convertendo num princípio de reificação da doutrina do superior, que manipula o inferior com o objetivo de construir o durável. A idéia de Hegel, apresentada por Karel Kosik, consta em que

A luta pela vida e pela morte não pode terminar com a morte; ambos os combatentes devem continuar vivos, mesmo se para cada um deles o que está em jogo é a vida ou a morte. Tal premissa da dialética do senhor e do servo é, no entanto, um pressuposto histórico. No combate pela vida e pela morte o homem deixa o seu adversário com vida só porque (...) ambos sabem o que é o futuro e sabem o que os espera: a dominação ou a escravidão. (KOSIK, 1976, p. 203)

A oposição entre senhor e escravo passou a insinuar com Nietzsche um existencialismo no qual a atitude do senhor se estabelecia a partir de seu olhar soberano sobre o mundo. A “vontade de potência” pode ser entendida, dentre tantos outros entendimentos que vem recebendo, como uma filosofia da práxis voltada para a construção do “homem superior”, o senhor, em oposição ao tipo dominado, o escravo. Mas a idéia de domínio como uma necessidade constitutiva da civilização remonta aos estudos de política moderna inaugurados com Nicolau Maquiavel. Nas perspectivas do racionalismo político elaboradas no livro *O Príncipe*, o mundo deixa pela primeira vez de revelar uma ordem de coisas sagrada e imutável para refletir a possibilidade contínua de sua manipulação pelos senhores políticos.

Nesse sentido, Napoleão Bonaparte é um político exemplar para demonstrar como a teoria, uma vez convertida em prática, pode revelar resultados políticos duradouros. A novidade de Napoleão, além de desprezar conceitos de guerra e formalismos derivados do período feudal, foi perceber as diversas implicações das doutrinas sobre os homens, chamados aqui “material humano”. O *Terceiro Reich*, de forma similar, tentou construir o Estado do “homem forte” baseado na interpretação hitlerista da doutrina nietzschiana, sobretudo através da leitura da obra *Vontade de Potência*, construída após o falecimento de Nietzsche. Existe em ambos os casos, citados para de forma introdutória explicitar a construção da civilização e do Estado-nacional moderno, uma objetivação da guerra que lida com a manipulação da práxis social.



O Estado em *Vontade de Potência* é “a imoralidade organizada.... interior: como policiam direito penal, classes sociais, comércio, família; exterior: como vontade de poder, de guerra, de conquista, de vingança” (NIETZSCHE, 2008, p. 363). Essa idéia de Estado como construção de um poder arbitrário e altamente coercitivo vem sendo mais sistematicamente estudada depois das teses apresentadas por Louis Althusser, referentes aos “aparelhos ideológicos do Estado”, tendo sofrido uma certa diluição depois das obras de Foucault. Para esse último autor, o poder exercido pelo Estado se apresentaria sob as mais diversas formas, através “desses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias...” (FOUCAULT, 2006, p. 147). Mas sobretudo o poder se fragmentaria em múltiplas instâncias de ação social, não podendo ser precisado como algo que parte quase que exclusivamente dos governos. O poder é exercido, de forma geral, pelos homens e contra os homens. A idéia de Foucault que ora vale ressaltar está em que: “percebeu-se que este poder tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo” (FOUCAULT, 2006, p. 148).

Para o objetivo do presente artigo com relação ao Estado – apresentá-lo como uma instância reveladora de poderes que agem, por assim dizer, espiritualmente sobre a sociedade –, Habermas apresenta uma forte complementaridade quando estuda mais profundamente os mecanismos sutis através dos quais se projetarão os poderes do Estado, principalmente a “Publicidade”. O autor teria percebido como poderes privados se enraizariam no interior do corpo burocrático do Estado gerando influências concretas sobre o público. O problema apontado por Habermas reside na transformação de uma esfera pública de produtores de cultura, como se teria configurado já no século XVIII, sobretudo na França e Inglaterra, em uma massa de consumidores desorganizados (HABERMAS, 1984, p. 288-9). Nas palavras do frankfurtiano,

(...) a opinião, que uma vez já provinha de um contexto comunicativo constituído por pessoas privadas, está em parte decomposta em opiniões informais de pessoas privadas e sem público e, em parte, concentrada em opiniões formais de instituições jornalísticas ativas (HABERMAS, 1984, p. 287).

A ideologia surge assim através da “opinião pública”, uma opinião não proveniente do próprio público, mas de instâncias como que “exteriores” a ele, isto é, privadas. Não se pretende trabalhar e reforçar a dicotomia habermasiana ou do marxismo ortodoxo entre uma tese e antítese, ou poderes que se sobrepõem sobre a



massa amorfa através da projeção daquilo que se chama ideologia. Mas se entende que, de fato, um forte poder de coerção é ministrado por vários setores privados que jogam com seus interesses através do Estado de Direito burguês, gerando a chamada “Publicidade”.

O poder continua a existir como uma projeção daquela práxis dominadora, surgida e intensificada no interior de uma sempre inacabada luta contra a fatalidade da morte. O processo civilizatório se sutiliza nas fronteiras do Estado-nacional e de um aparelho burocrático no qual se situam esferas de poder reguladas por um conjunto de normas desenvolvidas no processo histórico de formação do Estado e sua busca de legitimidade diante da nação. Os senhores feudais vêm-se assim superados pelo senhorio industrial, em posse de meios cada vez mais eficazes de justificação ideológica e exercício do poder. A essa revolução no interior da civilização, permitida pelo advento da imprensa, que calhou na unificação dos sistemas lingüísticos e no desenvolvimento de uma literatura regular, o desenvolvimento de “comunidades políticas imaginadas” dentro de fronteiras definidas e tidas por estáticas, segue a desfronteirização do conhecimento aprofundada a partir da década de 60. Ela vem atravessando um período de aceleração crescente com o surgimento da Internet e, com ela, a possibilidade de criação de grupos sem fronteiras territoriais definidas, baseados sobretudo numa certa unidade doutrinária e política, o que põe em questão alguns dos poderes ideológicos verticais que agem sobre a sociedade.

A Internet como poder aparentemente auto-imanente, “poder antiindustrial” como o denomina Kucinski, “rompe a verticalidade e a concentração das agências das notícias e alimenta não apenas jornais a partir de escritórios centrais, mas também ONGS, produtores intelectuais independentes e movimentos políticos e sociais” (KUCISNKI, p. 73-4). A “Publicidade” seria então ultrapassada pela possibilidade de autonomia intelectual. O produtor de cultura, atuando através da Internet, se libertaria dos espaços discursivos tradicionais, fomentados e regulados pelo Estado e muitas vezes pelos poderes privados nele incrustados. O objetivo de Kucinski é talvez mais revelar um deslumbramento pessoal com relação ao poder auto-imanente da Internet do que oferecer subsídios sólidos para uma compreensão do assunto – à qual nos vemos nitidamente limitados pela transformação constante da rede. Nesse cenário no qual o poder de dissuadir se torna cada vez menos perceptível e dividido entre atores ligados através de vínculos desterritorializados, busca-se aqui inserir, ainda que de forma pacata, a função do jornalista como produtor tradicional de conhecimento.



Há que, apenas a título de complementação e enriquecimento teórico do presente texto, citar a situação ainda mais ambígua dos estados latino-americanos, nos quais o processo de criação de um Estado-nacional não refletiu, logicamente, uma dinâmica social condicionada pelo processo civilizatório europeu, o que se revelou na criação de Estados posições sobre vastos conjuntos de culturas não integradas. A criação de Estados sobre imensas populações analfabetas gera aquele fenômeno pensado por Raymundo Faoro, o Estado como “uma pesada túnica, fio a fio costurada, capaz de disciplinar a seiva espontânea, mantido o divórcio entre a camada dominante e a nação dominada e tímida, relutantemente submissa” (FAORO, 2001, p. 287). Kucinski complementa dizendo que, no interior destes Estados posições, a imprensa é o resultado de concessões públicas e relações íntimas entre oficialismo e jornalismo, diante de uma população incapaz em grande parte de participar da cultura letrada:

(...) a produção do consenso parece ser antes um processo político que se realiza primeiro na esfera do poder, e só depois busca a esfera pública como processo midiático. Dessa instância superior, o consenso é imposto à mídia e parece determinar o próprio padrão da cobertura jornalística (KUCINSKI, 1998, p. 21)

Depreende-se da leitura de Kucinski que, à possibilidade de uma Modernidade com características próprias e de uma rede comunicativa construída por produtores autônomos organizados em comunidades auto-reguladas, estaria o contrabalanço a uma série de tensões históricas sobre o modelo de Estado autocrático predominante na América Latina. O jornalista, pensado até aqui como uma peça constitutiva da esfera pública literária, como a expressão de um grupo, também se encontraria desterritorializado. A presente reflexão se situa num período de crise do Estado representativo e numa busca geral apontar soluções para a sua dissolução como instância reguladora e concentradora da imoralidade.

2. Esfera pública e Ciberespaço

O jornalismo é uma importante instância de publicidade: seus atores são reconhecidos no plano social como aqueles que detêm informações relevantes, capazes de questionar os procedimentos legais do Estado, compondo assim aquilo que desde o início do século XX se tem chamado “quarto poder”. Como se verifica nas teses sobre o “poder simbólico” apresentadas por Pierre Bourdieu, os atores que reivindicam o papel



de divulgadores de acontecimentos noticiosos, compreendidos no interior da genérica denominação *media*, protagonizam o reconhecimento de uma “classe” diante de outras “classes”.

A classe (ou o povo, ou a nação, ou qualquer outra realidade social de outro modo inapreensível) existe se existirem pessoas que possam dizer que elas são a classe, pelo simples fato de falarem publicamente, oficialmente, no lugar dela, e de serem reconhecidas como legitimadas para fazê-lo por pessoas que, desse modo, se reconhecem como membros da classe, do povo, da nação ou de qualquer outra realidade social que uma construção do mundo realista possa inventar e impor (BOURDIEU, 1987, p. 168).

“Classes” adotam assim porta-vozes públicos e, através deles, adquirem legitimidade diante de uma realidade social mais ampla, que pode representar a nação como um todo ou mesmo ir além dela. Essa necessidade de grupos sociais adquirirem sua própria representatividade é também prenunciada pela categoria habermasiana de esfera pública literária, que vai assumir a função de instância produtora da cultura de um grupo. Instância que, como se viu, teria degenerado com o crescimento do Estado sobre as vozes individuais, acelerando a crise do sistema representativo.

O sistema da exclusão configurado pelo alargamento do capital industrial e sua relação com a esfera pública literária poderia, como se extrai da leitura de Kucinski, sofrer uma reviravolta com a autonomização da produção intelectual propiciada pela Internet (KUCINSKI, 2005, p. 78). A restrição da circulação de informações não mais existiria com a possibilidade de acesso do “produtor autônomo” ao imenso banco de dados disponibilizado virtualmente. Essa crescente concentração de poder de decisão no indivíduo provocaria rupturas no Estado industrial e, conseqüentemente, também na esfera da “Publicidade”.

A idéia implícita nas hipóteses de Kucinski é a de uma reativação da esfera pública literária como grupo de produtores organizados de cultura como forma de adquirir visibilidade própria. Talvez aqui seja mais importante pensar a lógica das comunidades organizadas através da Internet, e não no insulamento do sujeito como produtor de cultura autônomo. Autonomia só representará um recurso retórico para indicar a possibilidade de o indivíduo sentar em frente a um computador e escrever sem coerção aparente, olvidando o fato de que as instâncias grupais básicas são fundamentais para a sua constituição intelectual. A Internet não representa uma



dimensão que permite uma segunda organização social, apesar de oferecer a possibilidade de os indivíduos se reorganizarem efetivamente no “mundo da vida”.

O mundo da vida constitui o contexto da situação de ação; ao mesmo tempo, ele fornece os recursos para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação de ação. Porém, se os agentes comunicativos querem executar os seus planos de ação em bom acordo, com base numa situação de ação definida em comum, eles têm que se entender acerca de algo no mundo (HABERMAS, 2003, p. 167).

O deslumbramento generalizado com relação às possibilidades da Internet e sua esfera de produtores intelectuais autônomos não deixa de lembrar aquele fascínio habermasiano com relação à imprensa moderna, que se estabelecia a partir da necessidade de os indivíduos criarem instâncias próprias de representação social. Os homens, através da imprensa, poderiam ser encorajados a pensar por eles mesmos. O jornal representaria um pequeno mundo acessível ao indivíduo, produzido por seus semelhantes, através do qual ele mesmo adquiriria visibilidade e assim se tornaria um membro legítimo do Estado-nacional. Como diz a célebre formulação de Edmund Burke, no século XIX:

[...] every man thinks he has a concern in all public matters; that he has a right to form and to deliver an opinion on them. They sift, examine and discuss them. They are curious, eager, attentive and jealous; and by making such matters the daily subjects of their thoughts and discoveries, vast numbers contract a very tolerable knowledge of them, and some a very considerable one... Whereas in other countries none but men whose office calls them to it having much care or thought about public affairs, and not daring to try to force of their opinions with one another, ability of this sort is extremely rare in any station of life. In free countries, there is often found more real public wisdom and sagacity in shops and manufactories than in the cabinets of princes in countries where none dares to have an opinion until he comes into them. Your whole importance therefore depends upon a constant, discreet use of your own reason. (apud. HABERMAS, 1984, p.116)

No Ciberespaço de Kucinski, o indivíduo autônomo, passada a fase industrial da imprensa, se tornaria capaz de produzir a sua própria compreensão de mundo através das informações trazidas pelos outros participantes da comunicação (KUCINSKI, 2005, p. 74). Destarte, ele produziria cultura sem qualquer limitação aparente, num terreno exterior à atividade coercitiva efetiva do Estado-nacional moderno. Segue-se a mistura de informações, estilos e tendências, condição mesma para a confirmação da horizontalidade da Internet e, mais adiante, a superação daquelas relações de dominador e dominado.



Essa ruptura da verticalidade parece apontar, por outro lado, para o desenvolvimento de uma barbárie que, nas palavras de Jean-François Mattei, quando de sua confrontação entre civilização e barbárie, “exalta o sujeito e, assim, decreta a morte do homem, e, com ele, da civilização” (MATTÉI, 2001, p. 79). O ressecamento das tradições constitutivas do Sujeito moderno com a crescente autonomia dos indivíduos diante das comunidades nacionais, levada ao sublime com a exaltação do “produtor intelectual autônomo”, ao passo que supera a dialética civilizatória senhor e escravo reitera indefinidamente um Sujeito que se torna desconhecido de si mesmo. Ele perde de vista a sua história constitutiva, geralmente traduzida pelas literaturas organizadoras, algo incrustadas no desenvolvimento do Estado-nacional, e assim cede a uma epifania deslumbrada do indivíduo consigo mesmo, na qual ele é celebrado como seu próprio herói. Para descrever essa incomunicabilidade do indivíduo com os outros Mattei recorre à história própria da designação do bárbaro: este é aquele que, por ser incapaz de pronunciar palavras e organizá-las sintaticamente, não consegue se fazer entender pelos outros, senão muito vagamente. É importante lembrar que as línguas constitutivas do indivíduo estão de fato sedimentadas no Estado-nacional moderno, sendo difícil de pensar estas mesmas línguas e a literatura por elas geradas numa fase aparentemente pós-literária. A desconfiança quanto à possibilidade de autonomização do indivíduo é derivada de uma evidente carência de modelos de análise, eles mesmos costumeiramente estruturados a partir das comunidades políticas imaginadas e sua íntima relação com os grandes sistemas lingüísticos unificados. Segue-se aqui o raciocínio proposto pela linha teórica do deslumbramento com relação à tecnologia virtual e sua possibilidade de desfronteirização, sem deixar de lembrar, contudo, que esse mesmo “apocalipse” já era prenunciado de forma otimista com o desenvolvimento dos meios de comunicação eletrônicos em geral – como exposto na *Galáxia de Gutenberg* de Marshall McLuhan. Por um lado temos um Estado-nacional mitificado, por outro, quiçá sua também mitificada dissolução.

Bernardo Kucinski, utilizado aqui para exemplificar um certo fascínio geral existente na atualidade com relação ao futuro da Internet, lamenta em seu livro *Jornalismo na Era Virtual*, o declínio e morte do jornalismo como vocação: “a grande reportagem típica do velho jornalismo não é necessária no novo; a postura contra-hegemônica e crítica, a irreverência e o desafio às autoridades e ideologias dominantes também eram marca do velho jornalismo (...)” (KUCINSKI, 2005, p. 104). Ao aplauso incondicional da tecnologia como uma possível destruidora das fronteiras entre meio de



divulgação e indivíduo intelectual, acompanha um certo saudosismo com relação àquela geração que desafiava as autoridades. Saudosismo que lamenta o exercício comprometido do jornalismo, talvez como aquele prenunciado por Hipólito da Costa, primeiro periodista nacional, tantas vezes vítima de processos judiciais da diplomacia lusitana e só não perseguido mais diretamente pela Corte de d. João em virtude de sua residência na Inglaterra, onde gozava da situação de *denizen*. Ele dizia em 1808 que

O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve, segundo as suas forças físicas ou morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O indivíduo que abrange o bem geral de uma sociedade vem a ser o membro mais distinto dela: as luzes que ele espalha, tiram das trevas ou da ilusão aqueles que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia e do engano. (COSTA, Vol I, p. 3)

A autonomia intelectual, essa idéia que vem perseguindo o Ocidente desde Platão até Kant, implica no primeiro jornalismo brasileiro numa certa pedagogia das massas: o jornalista letrado deveria levar a palavra aos incapazes, assegurando o progresso comunitário e o sucesso de sua pátria. No caso brasileiro, de Hipólito a Kucinski, o jornalismo vem prometendo atuar com autonomia frente aos diversos poderes. O primeiro dizia que a liberdade era o bem humano mais importante, e talvez nada, nem mesmo a morte, seria capaz de compensá-la. Depois de três anos no cárcere da inquisição lusitana, o ar inglês fez bem aos pulmões do anglobrasileiro: de 1808 a 1822 publicou ininterruptamente o seu *Correio Braziliense*, dedicando-se a nele pensar o Brasil. Não é menor o otimismo de Kucinski ao pensar a imprensa na Internet, onde cada jornalista disporia de uma espécie de tipografia cibernética própria, publicando, igualmente, as notícias que ao seu tempo convém.

Esse panorama futurista revelará não mais do que uma dada práxis social humana, fundamentada em princípios comunicativos relativamente ordenados sobre uma base de saber acumulado. As comunidades desterritorializadas que crescem no interior da rede, como a enciclopédia pública *Wikipedia*, a título de exemplo, possuem critérios de julgamento próprios e acesso restrito a novos locutores. Sendo a Internet um meio através do qual se permite trocar ativamente informações, pode-se especular que os locutores movimentam-se segundo o que Habermas chama agir comunicativo, uma relação fundada basicamente no “dar e exigir razões” (Robert Brandom, apud. HABERMAS, p. 136, 2004). Não se pode perder de vista a dimensão discursiva da rede, de forma que o entendimento dos interlocutores depende do “êxito ilocucionário”:



Chamamos racionais não apenas atos de fala válidos, mas todos os atos de fala inteligíveis pelos quais o falante pode assumir, sob condições dadas cada vez, uma garantia crível de que as pretensões de validade levantadas poderiam, se necessário, ser cumpridas discursivamente. Também aqui há uma relação interna entre a racionalidade do ato de fala e sua justificação possível. É apenas em argumentações que as pretensões de validade implicitamente levantadas com um ato de fala podem ser tematizadas como tais e examinadas com base em razões (HABERMAS, 2004, p. 108)

Não se pretende reforçar o idealismo habermasiano quanto a um processo integralmente construtivo da fala humana. Mesmo atos de fala não pautados por um *telos* racional podem ser relativamente bem justificados. Daí a necessidade de os “produtores culturais autônomos” observarem um código ético baseado na veracidade das informações transmitidas, o que poderia aproximar um número muito amplo de indivíduos do exercício jornalístico.

Dênis de Moraes aparentemente segue a lógica argumentativa habermasiana em sua análise do Ciberespaço, quando afirma que os usuários da Internet desenvolvem acordos e regulamentos que limitam a possibilidade do uso da comunicação para fins que comprometam uma “maioria moral”, ao mesmo tempo em que se rendem obrigatoriamente ao pano de fundo do “mundo da vida” – e ainda que o Ciberespaço mesmo faça parte da composição do “mundo da vida” dos falantes. Essa lógica extrapola o modelo de comunicação tradicional no qual o leitor se veria restrito à posição de “receptor”: ele produz diretamente os seus comentários e assim autoriza ou não um determinado locutor. Por meio dessa teia de reconhecimentos os interlocutores constroem um ambiente argumentativo orientado por pretensões de validade.

Internet constituye una vida comunitaria regulada por interacciones y no por leyes, decretos y porterías. Lejos de eximir a los individuos de deberes éticos, el ciberespacio propone una coexistencia autorregulada. Lejos de padronizar conductas sobre la base de una “mayoría moral” (normas y interdicciones al servicio de las totalidades dominantes), la cibernética se apoya en reglas y valores consensuados establecidos por las células de usuarios respetando la pluralidad de contextos, los proyectos sociales y, por encima de todo, la libertad de expresión (MORAES, 2002, p. 39).

Importa observar na Internet a necessária busca pela integração de um falante aos outros, condição mesma de sua existência como falante. Pode-se identificar esse princípio da comunicação como uma característica ontológica da constituição humana – o que aponta para a necessidade de através dela os “atores” participarem do “jogo social”.



A necessidade de comunicação nasce, por sua vez, da necessidade de manter em harmonia as opiniões e intenções – de sujeitos que decidem de forma independente – relevantes para a ação. A comunicação não é um jogo auto-suficiente, por meio do qual os parceiros informam uns aos outros sobre suas opiniões e intenções. Apenas o imperativo da integração social – a necessidade da coordenação de planos de ação de participantes da interação que decidem de modo independente – explica o que é primordial ao entendimento lingüístico mútuo (HABERMAS, 2004, p. 173).

Enrique Dussel, em seu livro *Filosofia da Libertação*, enxergou problemas na doutrina habermasiana do agir comunicativo por ela não comportar modelos comunicacionais mais simples, como a interpelação de um despossuído a pedido de comida, por exemplo. De fato, a criança que na praia de Copacabana interpela o turista estrangeiro dizendo “hot-dog” não espera dele nada mais do que um gesto simples de distribuir algumas moedas e livrar-se do “constrangimento” de se ver interpelado por um dessemelhante. O “mundo da vida”, como o chama Habermas, é deveras mais complexo do que aquele previsto nos modelos comunicativos que compreendem sempre no seu interior um teor racionalista de dar e exigir razões.

Mas por outro lado, o ambiente lingüístico da Internet tem como pressuposto mesmo de funcionamento a produção de discursos e através deles a busca pelo entendimento sobre temas aparentemente importantes para os lados envolvidos no processo comunicativo. Nele a horizontalidade funciona como ponto de partida: os atores ganham reconhecimento especialmente pelo seu discurso, mais do que pelo *status quo* que mantém no “mundo da vida”. Os jornalistas, por exemplo, perdem o seu posto de locutores tradicionais da sociedade civil, cedendo-o a uma pluralidade de outros atores interessados em comunicar os seus pares acerca de certas ocorrências sociais consideradas importantes. Aquele jornalista que, nas palavras de Sylvia Moretzsohn, deveria “reconhecer os constrangimentos impostos por uma estrutura que entretanto jamais consegue conformar integralmente o processo produtivo” (MORETZSOHN, 2007, p. 12), agora tanto consegue imaginar o processo produtivo quase em sua integralidade como pode se afastar das formas tradicionais de “coleta de informações”. A comunicação se torna, nesse sentido, nitidamente apócrifa.

Sylvia Moretzsohn também deixa explícito em seus trabalhos o seu desejo de ver o jornalista restituir aquela sua função de portador das Luzes. Trata-se do jornalismo que suspende o cotidiano na busca por descobrir o que se esconde por detrás de eventos aparentemente diferenciados uns dos outros, a mesma função do “jornalismo como



vocação” de Bernardo Kucinski ou do “ser útil aos membros da sociedade” de Hipólito da Costa. Trata-se, em suma, do mesmo projeto de Adelmo Genro Filho, para quem o jornalismo consistia na assunção de uma responsabilidade com a singularidade, o fato que salta os olhos, a partir das categorias particular e universal, estas incrustadas na biografia do jornalista. Quiçá o jornalismo, seja no Ciberespaço ou não, permanece sempre o mesmo em seus princípios fundadores.

Conclusões?

Fica implícito no âmbito deste artigo uma certa negação do poder do Estado para gerar bem social duradouro, assim como a assunção de uma fase pós-literária da cultura humana, na qual o Estado tradicional não é mais o motor das grandes literaturas que fundamentam uma experiência coletiva em comum. A Internet afirma a superação de semelhantes barreiras territoriais na medida em que o comunicador comum pode ir cada vez “mais longe” para adquirir a sua própria informação, independentemente dos produtores profissionais de informações, os jornalistas.

No bojo desse processo, a dicotomia entre escravo e senhor se descobre cada vez mais corroída pela multiplicidade dos modos de ver. O senhor, desde as considerações de Hegel, descobre a si mesmo a partir do reflexo causado no escravo: “os sujeitos autoconscientes precisam aprender que não podem se afirmar egocentricamente como sujeitos com juízos e planos próprios, mas devem se reconhecer reciprocamente como fontes de pretensões normativas” (HABERMAS, 2004, p. 204). Os interlocutores, sobretudo no ciberespaço, buscam tornar-se adequados uns aos outros, sob a pena pura e simples da não autorização. Em sua busca de adequação eles trazem à tona a interessante metáfora de Robert Bandom, a dança de Fred Astaire e Ginger Rogers:

I have in mind thinking of conversation as somewhat like Fred Astaire and Ginger Rogers dancing: they are doing very different things – at least moving in different ways – but are coordinating, adjusting, and making up one dance. The dance is all they share, and it is not independent or antecedent to what they are doing (BRANDOM, apud. HABERMAS, 2004, p. 174)

Para usar uma metáfora arriscada, a Internet pode ser compreendida como um salão de danças, com polarizações ainda arraigadas, é verdade, mas sobretudo dialógica e horizontalizada, reflexo e ao mesmo tempo possibilidade de transformação de um meio social. Nesse sentido, ela se torna uma quadrilha com indivíduos diferentes



buscando assumir uma posição ordenada no fluxo musical do “mundo da vida”. Ela é o canal que permite, dentre os indivíduos cada vez mais integrados – segundo um projeto ordenado por evidente idealismo – o reconhecimento derradeiro de que o Eu se produz através do Outro, lembrando de uma vez por todas que, no dizer de Jean François Mattéi, “tudo que aprendemos, mesmo como autodidatas, nos vem sempre de outrem: a língua de nosso país, a afeição de nossos parentes, a cultura de nossa sociedade, como uma luz que vem iluminar nossas trevas interiores” (MATTEÍ, 2001, p. 81).

Ela não homogeneiza, posto que é sobretudo construída sobre um processo inacabado de tensões, no qual projetos organizadores se vêem tentados a aplinar o final que aparece como consequência mesma da razão. A Internet oferece a possibilidade de uma integração crescente, mas não muda o caráter dialógico do mundo, no qual senhores combatem e dependem dos escravos, naquele processo hegeliano de reconhecimento mútuo. A pergunta derradeira, referente aos produtores autorizados de informação, os jornalistas, e sua adequação no Ciberespaço, permanece pouco conclusa. O quarto poder, vigilante com relação aos procedimentos do Estado e, ao mesmo tempo tão próximo dele, não se teria dilatado entre várias esferas de poder, com o acesso crescente dos cidadãos mesmos à informação produzida pelos seus pares? Uma hipótese parece guiar para a capacitação constante do cidadão no que diz respeito à produção da informação através do Ciberespaço, com conseqüente erosão do quarto poder institucional. Uma outra guia para a denegação da excelência que poderia ser gerada pelo final do exercício regulamentado do jornalismo, o que só seria sanado pela crescente integração do jornalista autônomo no Ciberespaço. São questões que se inserem no fluxo da carência de literaturas da sociedade moderna e que, pelo que ainda não revelaram, respondem apenas com mais perguntas.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Brasiliense: São Paulo, 1987.
- COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*. Vol I (org. Alberto Dines). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. A formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- _____. *Verdade e justificação. Ensaios filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2004.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.



- KUCISNKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica. Ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- _____. *Jornalismo na era virtual. Ensaio sobre o colapso da razão e ética*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- MATTÉI, Jean François. “Civilização e barbárie”. IN: ROSENFELD, Denis. *Ética e Estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MORAES, Dênis de. “Ciberespaço y las mutaciones comunicacionales”. IN: ISLAS, Octavio, GUTIERREZ, Fernando e ALBARRÁN, Gerardo (orgs.). *Explorando el ciberperiodismo iberoamericano*. México: Editorial Pátria, 2002.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A vontade de poder*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.